



MUNICÍPIO DA BATALHA  
CÂMARA MUNICIPAL DA BATALHA  
(DIVISÃO ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 1 de 4

**Cópia de parte da**

-----Ata Nº. 29/2023 -----

Aos trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, sito na Vila da Batalha, reuniu, em sessão extraordinária, a Câmara Municipal da Batalha, tendo estado presentes os Excelentíssimos Senhores:-----

**Presidente:** -----RAUL MIGUEL DE CASTRO -----

**Vice-Presidente:**-----CARLOS AGOSTINHO COSTA MONTEIRO -----

**Vereadores:** -----ANDRÉ DA COSTA LOUREIRO -----

-----MÓNICA AGUIAR LOURO CARDOSO -----

-----ANA RITA ANDRÉ COSTA E SILVA CALMEIRO -----

-----FERNANDO JOAQUIM FIGUEIREDO FERREIRA -----

-----NUNO AUGUSTO SILVA ALMEIDA -----

-----\*\* -----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

(...)

-----\*\* -----

**DELIBERAÇÃO Nr. 2023/0511/D.A.G.** -----

**Ponto 1 - Orçamento 2024 e Grandes Opções do Plano 2024-2029, onde se inclui a aprovação de:**

- Assunção de compromissos plurianuais (até 100.000 euros); -----

- Mapa de Pessoal para 2024; -----

- Autorização para a inscrição de rubricas de receita. -----

**MGD nº 1852 de 27/11/2023**-----

----- Presente a proposta n.º 108/2023/G.A.V. emitida em 27/11/2022 pelo senhor Vice-Presidente, Carlos Agostinho Costa Monteiro, que se transcreve: -----

----- «Considerando, -----

1. Que, nos termos legalmente previstos, compete à Câmara Municipal elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal as Grandes Opções do Plano e a proposta de Orçamento;----

2. Que o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro (na sua atual redação), define-se como “(...) o novo regime de contabilidade a ser adotado transversalmente em todo o setor público, e irá permitir a convergência das práticas de contabilização e avaliação de ativos dos organismos das administrações públicas portuguesas, com as dos Estados-membros da UE.”; -----

3. Que este sistema contabilístico único, completo e universal, cuja entrada em vigor ocorreu em 01 de janeiro de 2020, veio revogar quase na íntegra o diploma do Plano Oficial de Contas das Autarquias Locais (POCAL), excepcionando-se as seguintes matérias: controlo interno (ponto 2.9 do POCAL), regras previsionais (ponto 3.3 do POCAL) e modificações orçamentais (ponto 8.3.1 do



MUNICÍPIO DA BATALHA  
CÂMARA MUNICIPAL DA BATALHA  
(DIVISÃO ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 2 de 4

POCAL), conforme artigo 17.º do citado Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de janeiro, na sua atual redação; -----

4. Que, nos termos do ponto 11 – Componentes das demonstrações orçamentais da NCP n.º 26 – Contabilidade e Relato Orçamental, do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua atual redação, as demonstrações orçamentais compreendem o orçamento, enquadrado num plano orçamental plurianual, bem como o plano plurianual de investimentos;-----

5. A inscrição de rubrica de receita é uma das contrapartidas que o POCAL (ponto 8.3.1), apresenta para a revisão orçamental; contudo, ocorrem situações em que não se pretende aumentar a despesa por conta da receita a inscrever, mas apenas garantir a sua inscrição orçamental que é uma condição necessária à respetiva liquidação e cobrança; -----

6. Que, no âmbito do disposto no n.º 1 do artigo 45.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua atual redação, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais, conjugado com o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o órgão executivo deve apresentar (até 30 de novembro de cada ano) ao órgão deliberativo, a proposta de orçamento municipal para o ano económico seguinte;-----

----- Considerando ainda,-----

7. Que a Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, determina que o mapa de pessoal é aprovado conjuntamente com o orçamento, contendo a totalidade dos postos de trabalho necessários para cumprimento das atividades de natureza permanente ou temporária a desenvolver durante a execução do orçamento; -----

8. Que de acordo com o estatuído na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas), em articulação com o disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, ambos na sua atual redação, a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal;

----- Nestes termos, propõe-se, ao abrigo das disposições legais aplicáveis, que a câmara municipal aprecie e delibere: -----

i. - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 45.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro e na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (ambos os diplomas na redação vigente), aprovar e submeter à Assembleia Municipal para que este órgão deliberativo, nos termos do disposto da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º, da citada Lei 75/2013, se pronuncie sobre o Orçamento enquadrado no Plano Orçamental Plurianual para 2024-2029, bem como as Grandes Opções do Plano para o período 2024-2029; -----





MUNICÍPIO DA BATALHA  
CÂMARA MUNICIPAL DA BATALHA  
(DIVISÃO ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 3 de 4

- ii.- Nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com o estatuído na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, todos na sua atual redação, propor que a Assembleia Municipal emita autorização prévia à assunção de compromissos plurianuais nos seguintes casos: -----
- a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;-----
  - b) Resultem do previsto no Orçamento e nas Grandes Opções do Plano;-----
  - c) Os seus encargos não excedam o limite de 100.000,00 € (cem mil euros) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.-----
- iii. Nos termos do disposto na alínea ccc), n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar e submeter à Assembleia Municipal, para que este órgão deliberativo se pronuncie sobre o Mapa de Pessoal para 2024, de acordo com o estatuído na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do citado diploma legal;-----
- iv. Nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propor que a Assembleia Municipal autorize a Câmara Municipal a inscrever rubricas de receita, cuja necessidade de cobrança ocorra durante a execução, desde que exista rubrica no classificador orçamental para a mesma, e não se pretenda aumentar o valor global do orçamento.»-----
- A Câmara Municipal apreciou, e tendo em conta os fundamentos constantes na proposta supra aduzida, deliberou: -----
- a) Por maioria, com quatro votos a favor e três votos contra, aprovar, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 45.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro (na sua atual redação) e na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (na sua atual redação), e submeter à Assembleia Municipal para que este órgão deliberativo, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º, da mesma Lei, se pronuncie sobre o Orçamento enquadrado no Plano Orçamental Plurianual para 2024-2029, bem como as Grandes Opções do Plano para o período 2024-2029; -----
  - b) Por maioria, com quatro votos a favor e três votos contra, propor, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com o estatuído na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, todos na sua atual redação, que a Assembleia Municipal emita autorização prévia à assunção de compromissos plurianuais nos seguintes casos:-----
    - 1.--Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados; -----
    - 2.--Resultem do previsto no Orçamento e nas Grandes Opções do Plano;-----
    - 3.--Os seus encargos não excedam o limite de 100.000,00 € (cem mil euros) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.---



MUNICÍPIO DA BATALHA  
CÂMARA MUNICIPAL DA BATALHA  
(DIVISÃO ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 4 de 4

- c)- Por maioria, com quatro votos a favor e três abstenções, aprovar, nos termos do disposto na alínea ccc), n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e submeter à Assembleia Municipal, para que este órgão deliberativo se pronuncie sobre o Mapa de Pessoal para 2023, de acordo com o estatuído na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do citado diploma legal;-----
- d) Por maioria, com quatro votos a favor e três abstenções, propor, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a Assembleia Municipal autorize a Câmara Municipal a inscrever rubricas de receita, cuja necessidade de cobrança ocorra durante a execução, desde que exista rubrica no classificador orçamental para a mesma, e não se pretenda aumentar o valor global do orçamento.-----

----- Votaram contra os pontos constantes das alíneas a) e b) do presente segmento deliberativo, os senhores Vereadores do PSD, tendo apresentado uma declaração de voto, que aqui se dá por integralmente reproduzida, e que se anexa à presente ata. -----

----- Abstiveram-se na votação dos pontos c) e d) do presente segmento deliberativo, os senhores Vereadores do PSD. -----

----- \*\* -----

Aprovada em minuta para efeitos de execução imediata.

Está conforme o documento original existente no arquivo desta Câmara Municipal, o que certifico.

Batalha, aos 05/12/2023

O Presidente da Câmara Municipal

RAUL  
MIGUEL DE  
CASTRO

Assinado de forma  
digital por RAUL  
MIGUEL DE CASTRO  
Dados: 2023.12.05  
11:36:20 Z

(Raul Miguel de Castro)